

# CUNHOU-SE MOEDA PORTUGUESA NO TRANSVAL DURANTE A GUERRA?

PELO COMANDANTE JOSÉ TORRES

Na cidade de Pretória, anteriormente à anexação da República Transvaliana aos domínios britânicos, funcionava uma casa de moeda que cunhava moeda para a circulação na República do Transval.

Dada a anexação, essa casa deixou de funcionar e nunca mais se voltou a cunhar moeda na África do Sul até que, em 1 de Janeiro de 1923, tendo sido prèviamente construída uma nova casa de moeda, se voltou a fazer operações de cunhagem de moeda.

Em fins de 1932, procedendo-se a uma arrumação e selecção de maquinismos e mais material existente na antiga casa de moeda do tempo de Kruger, foram encontrados uns cunhos estranhos, com os seguintes dizeres:

Anverso: PROVINCIA MOÇAMBIQUE

Reverso: 50 CENTAVOS

Como não houvesse conhecimento de a Província de Moçambique ter cunhado em tempo algum moeda especial, para a circulação exclusivamente na Província, e como muito menos houvesse conhecimento de que o Governo da Província se tivesse dirigido à casa de moeda da antiga República do Transval, pedindo que lhe fosse ali cunhada moeda, causou o aparecimento destes cunhos uma manifesta surpresa.

Motiva-a e justifica-a o caso de, desde a anexação do Transval aos domínios britânicos, nunca mais se ter cunhado moeda em Pretória e o cunho estar gravado «50 centavos», designação adoptada na moeda circulante portuguesa, só depois da implantação da República em Portugal em 1910.

Chegava assim a haver mesmo um conflito de possibilidades visto a casa da moeda de Pretória, ter deixado de funcionar anteriormente a 31 de Maio de 1902, data da assinatura do tratado de paz de Vereeniging e «50 centavos» só poder ser gravada depois de 1910.

Numa visita a Pretória, o comandante José Cardoso, oficial de Marinha, que desde cerca de 1920 vive na Colónia de Moçambique, teve ocasião de ir à Casa da Moeda, ali, entre as curiosidades, foi-lhe mostrado o cunho a que nos vimos referindo e suscitou-se o interesse de averiguar a razão da existência desses cunhos.

Tendo regressado o comandante José Cardoso a Lourenço Marques, com o interesse que toma sempre por todos os assuntos que se relacionam com a vida da Colónia, escreveu a vários amigos residentes na Colónia, que ele supunha poderem dar-lhe informações sobre o assunto, a fim de ver se alguma coisa podia saber.

Entre as pessoas a quem se dirigiu, encontrava-se o signatário que o informou do seguinte:

Quando após a entrada das forças alemãs, na Colónia, sob o comando do general Von Lettow Vorbeck, os aliados foram obrigados a deslocar todas as suas bases de operações, as forças britânicas tiveram que vir também a território português, a fim de ali cooperarem na perseguição do inimigo.

Assim, as forças britânicas constituíram bases de operações em Porto Amélia, Moçambique, mais tarde Quelimane, tendo apoiadas nestas bases, forças importantes, empregando numerosos carregadores vindos uns da Colónia do Kênia, outros do Território do Tanganica, e sendo recrutados muitos em território português, para que o Governo deu as necessárias autorizações.

O signatário, então comandante da canhoneira «Chaimite», foi destacado, com o navio do seu comando, para Porto Amélia, encarregado de cooperar nos desembarques das forças britânicas e servir como elemento de ligação entre as forças britânicas e o Comando das Forças Expedicionárias portuguesas e, simultaneamente, ainda com o Governo dos Territórios do Niassa (então sob a administração da Companhia do Niassa) e o Governo Geral da Colónia.

Nessa qualidade teve de intervir continuamente no seguimento dos vários assuntos que se relacionavam com a permanência das forças britânicas no território português e entre eles no seguinte:

Carecendo o Comando da Base Inglesa, em Porto Amélia, de efectuar pagamentos quer às tropas, quer a carregadores, via-se na dificuldade de não dispor de moeda do país para o poder fazer por forma a permitir que os seus homens pudessem com as importâncias recebidas, adquirir as pequenas coisas de que carecessem, ou fazerem as despesas que entendessem.

Sugeriu o Comandante da Base que, vindas das Colónias do norte de Moçambique, dispunha de rupias, moeda de dimensões muito semelhantes à nossa antiga moeda de 500 réis, ainda ao tempo circulando na colónia e que





poderia utilizar essa moeda desde que não houvesse dificuldade da parte do Governo dos Territórios do Niassa, e que essa moeda fosse considerada equivalente à nossa moeda de 500 réis ou 50 centavos, como já então era oficialmente designada.

Consultado pelo signatário o Governador dos Territórios do Niassa, então o sr. Abílio de Lobão Soeiro, este não pôs relutância na adopção desta convenção, demais desde que os câmbios existentes ao tempo davam para a rupia uma equivalência muito aproximada ao valor que se lhe ia atribuir.

Começaram então as tropas britânicas e os carregadores, mesmo os recrutados em território português, a serem pagos em rupias, consideradas para efeitos de circulação como «50 centavos» e circularam elas primeiro nos territórios do Niassa, depois no distrito de Moçambique e mais tarde no de Quelimane, como tendo esse valor.

Nenhuma relutância foi posta, mesmo pelo Governo da Colónia, à circulação das rupias como 50 centavos.

Ora, na ocasião em que as forças britânicas vieram para território português, e mesmo até ao fim da campanha, o comando das tropas britânicas era exercido pelo General Van Deventer, que, no seu estado maior, serviços administrativos, etc., tinha numerosos sul-africanos, sendo possível que, conhecendo a existência da antiga casa da moeda transvaliana de Pretória, pensassem em submeter as rupias destinadas a circular na nossa Colónia, a uma recunhagem, por forma a apagar-lhes os cunhos primitivos e substituírem-nos pelos transcritos no começo desta notícia.

Teria havido qualquer opposição do Governo da Colónia à circulação das rupias em território português?

Não o sabemos, pois ao signatário nunca chegaram instruções sobre tal ponto e várias vezes teve ocasião de se avistar, quer com o General Sousa Rosa, comandante das Forças Expedicionárias portuguesas, quer com o General Massano de Amorim, Governador Geral da Colónia, recebendo deles instruções sobre serviços a executar, como official de ligação, verbalmente, além das continuas comunicações que por virtude dos serviços que executava, tinha sempre que manter.

Mais nos confirma na nossa opinião o facto de que o comandante José Cardoso, tendo por todos os lados procurado obter informações acerca desses cunhos, nada mais pôde saber além do que lhe foi indicado pelo signatário e com certeza ele teve acesso aos arquivos da Colónia.

Quinta da Passagem, 6 de Janeiro de 1936.